

Comunicação

PROGRAMAS INTERNACIONAIS PARA TROCA DE INFORMAÇÕES BIBLIOGRÁFICAS *

Sob a denominação de Controle **Bibliográfico** Universal, em colaboração com a Federação Internacional de Associações de Bibliotecários (**FIAB**), a Organização Educacional, Científica e Cultural das Nações Unidas (UNESCO) está adotando como um de seus principais objetivos a promoção de um sistema mundial para permuta de informações bibliográficas.

O objetivo desse sistema é avaliar de maneira mais rápida possível, em forma universalmente aceita, **dados** bibliográficos básicos sobre todas as publicações de diversos países.

Isto pressupõe a criação de uma rede de componentes nacionais, abrangendo uma vasta extensão de atividades, ligadas não só a centros de documentação, mas, também, a bibliotecas e editoras integradas em nível internacional, formando um sistema global devidamente coordenado.

O trabalho da FIAB, construtivo e a longo prazo, começou em 1954 quando seu Conselho Geral criou um Grupo de trabalho encarregado da coordenação internacional dos "princípios a serem usados em catalogação".

Das conclusões do relatório apresentado nasceu a ideia da realização da Conferência Internacional sobre Princípios de Catalogação, em Paris, no ano de 1961, organizada pela Unesco.

Esta Conferência foi muito oportuna, pois as associações de bibliotecários de vários países, em face do fluxo de documentos que introduziam a cada dia novos tipos de autoria, novas formas de publicações **etc.**, constataram que os códigos existentes eram antiquados ou inadequados.

A "Declaração de Princípios", como documento resultante, permitiu que os delegados presentes chegassem a um acordo onde muitos "princípios" contrariavam, **frontalmente**, práticas estabelecidas e tradições variadas.

Não há dúvida de que o sucesso dessa Conferência contribuiu firmemente para consolidar a cooperação internacional no campo da bibliografia e da catalogação.

Foram suas resoluções:

- 1) que os delegados e comissões nacionais promovessem, em seus países, a maior publicidade possível para o texto dos "Princípios", não só entre bibliotecas, mas também entre editoras, livreiros e autoridades responsáveis;
- 2) que os mesmos "princípios" fossem usados não só na redação de seus códigos de catalogação, mas também nas bibliografias nacionais.

Na década de 60, o **computador** começou a ser considerado ideal para muitos serviços, entre eles o da catalogação. O impacto do seu uso em inúmeras bibliotecas, e o programa da "**shared cataloguing**" pela **Library of Congress (LC)**, eram bastante significativos nessa época. Quando, em 1965, a LC lançou, em período experimental, o Projeto **MARC — Machine Readable Cataloguing** — considerado pela **International Standardization Organization (ISO)** uma linguagem padrão para troca de informações bibliográficas — e outros projetos semelhantes começaram a surgir, a catalogação tomou um novo rumo: o de se ajustar à mecanização a fim de possibilitar que um livro fosse *catalogado uma única vez em seu País de origem, facilitando uma rápida troca de informações*. Essa é a condição essencial para o perfeito funcionamento do Controle **Bibliográfico** Universal. O sistema não exige regras rígidas de catalogação, mas princípios internacionalmente aceitos, transformados, se necessário for, em variações nacionais.

Em 1966 foi iniciado, *pelo Comitê* de Catalogação da FIAB, um projeto para o estabelecimento de normas internacionais para a parte descritiva de informações bibliográficas.

Dois outros projetos de âmbito internacional eram,

* Subsídio apresentado à Reunião de Especialistas para Implantação do NATIS no Brasil. **IBBD**, Rio de Janeiro, 16-17 de julho de 1975.

COMUNICAÇÃO

também, considerados de grande importância: o programa da "shared cataloguing" e a relevante importância da aplicação de computadores em bibliotecas.

Todos esses fatos contribuíram para a Reunião Internacional de Especialistas em Catalogação (RIEC), realizada em 1969, na cidade de Copenhague. O principal objetivo dessa Reunião foi a possibilidade de uma normalização, em âmbito internacional, da parte descritiva da catalogação, imprescindível ao bom desempenho da "shared cataloguing", necessária para uma futura difusão internacional de informação.

Baseada num estudo comparativo das normas usadas por oito bibliografias nacionais, feito por M. Gorman, a semente do International Standard Bibliographic Description for Monographic Publications ISBD (M) foi lançada nessa Reunião.

Essa norma estabelece que os elementos imprescindíveis numa descrição bibliográfica devem ser indicados numa ordem fixa de pontuação padronizada. Usada, atualmente, por inúmeras bibliografias nacionais, provocou a revisão do Capítulo 6 do Código Anglo-americano de Catalogação. Pela sua importância na permuta de dados bibliográficos, esse projeto, usado a princípio em monografias, estendeu-se à publicações seriadas (ISBD (S)), materiais não impressos etc. Entre as resoluções mais importantes da RIEC destacamos aquela em que se previa o *estabelecimento de um sistema internacional de permuta de informações, pelo qual a produção bibliográfica de cada País deveria ser feita e distribuída através de uma agência nacional*. Os meios de divulgação utilizados seriam fichas impressas ou fitas magnéticas. Seu conteúdo, devidamente normalizado, deveria permitir que a ordem de seus elementos fosse facilmente interpretada. Nessa Reunião foi dado o passo inicial para o Controle Bibliográfico Universal.

Organizada pela UNESCO em colaboração com a Federação Internacional de Documentação (FID), FIAB e Conselho Internacional de Arquivos (ICA), realizou-se em Paris, em setembro de 1974, a Conferência Intergovernamental sobre Planejamento

das Infra-estruturas Nacionais de Documentação, Bibliotecas e Arquivos.

Nessa Conferência, a Unesco propôs a adoção do UBC como um dos objetivos do NATIS, baseado no estudo elaborado pela FIAB por solicitação da própria Unesco; tratava-se da criação de um programa a longo prazo, para o controle e permuta da informação bibliográfica em âmbito internacional. Em nível nacional, o sistema será coberto pelas seguintes exigências:

- 1) controle da publicação de obras através do depósito legal, ou de outra legislação nacional;
- 2) difusão imediata desses dados, através de bibliografias nacionais correntes;
- 3) produção e distribuição desses registros, através de fichas impressas, fitas magnéticas ou qualquer outra forma aceitável de permuta;
- 4) divulgação, dentro de cada País, de registros semelhantes, permutados com outras agências de bibliografias nacionais;
- 5) publicação, sempre que possível, de uma bibliografia nacional retrospectiva de material publicado fora do País.

Em nível internacional, a integração das agências bibliográficas nacionais para formar um sistema global dependerá da aceitação e reconhecimento universal de:

- 1) que cada agência bibliográfica nacional seja o órgão responsável pela criação dos registros bibliográficos oficiais de seu próprio País;
- 2) que os padrões internacionais na criação desses registros incluam no conteúdo todos os elementos indispensáveis ao seu registro oficial, incluídos numa devida ordem; na forma física, compatibilidade de programas e padronização de fichas para catálogos.

O conceito do Controle Bibliográfico Universal pressupõe a colaboração de entidades governamentais e não-governamentais ligadas ao desenvolvimento, planejamento e estabelecimento de bibliotecas e sistemas de documentação.

Elza Lima e Silva Maia (IBBD)